



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**

PROJETO BÁSICO Nº 1/ 2021 - SCV

1. OBJETO

0.0.1. Trata-se de compra em caráter de **EMERGÊNCIA** com vistas ao tratamento de aneurisma de aorta abdominal infrarrenal do paciente **BERTÚCIO GOMES DOS SANTOS** em acompanhamento no serviço de cirurgia vascular do HFA . O referido paciente possui 81 anos de idade e foi diagnosticado com aneurisma de aorta abdominal infrarrenal com risco potencial de vida caso não seja tratado .

0.0.2. A rotura do aneurisma de aorta abdominal é evento catastrófico com alta mortalidade, constituindo, assim , de emergência médica . Busca-se com a aquisição deste material , realizar o tratamento minimamente invasivo do aneurisma de aorta , uma vez que o paciente possui várias comorbidades que aumentam sobremaneira o risco operatório da cirurgia convencional. O retardo no tratamento possui consequências deletérias podendo culminar na rotura do aneurisma e perda da vida do paciente em questão. Diante do Exposto , Solicito a compra dos materiais elencados com vistas ao tratamento o mais breve possível do paciente.

2. OBJETIVO

Aquisição em caráter de **EMERGÊNCIA** de material para atender a necessidade de tratamento de aneurisma de aorta abdominal infrarrenal do o paciente Bertúcio Gomes dos Santos , Cel Av reformado , em tratamento na seção de cirurgia vascular do HFA.

O Paciente encontra-se aguardando procedimento cirúrgico que foi retardado devido a pandemia de COVID-19. Apresenta **Aneurisma de aorta abdominal infrarrenal que apresentou crescimento durante o período que esteve aguardando o procedimento no HFA. Esta situação exige tratamento o mais breve possível a fim de evitar a ruptura do aneurisma de aorta , colocando, assim , a vida do paciente em risco.** Conforme relatório médico anexo SEI 3582524.

O referido material é de uso específico para determinada condição médica do paciente em tela. Seu uso é eventual em casos selecionados e adequado ao caso clínico de cada paciente, não sendo, portanto, possível realizar aquisições antecipadas por meio de processo licitatório. Ademais, o hospital

não dispõe de pregão vigente para aquisição do material , bem como não houve utilização do dispositivo nos últimos 12 meses por não haver casos selecionados para tal.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A aquisição do referido material visa atender a urgência da realização do procedimento para o paciente e não dispomos do mesmo em estoque e nem em licitação/empenho vigente;

3.2. A quantidade solicitada visa atender a urgência do paciente apresentado conforme relatório médico SEI 3582524.

3.3. A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pelo chefe da Divisão de Medicina deste Hospital, ratificada pela Diretoria Técnica de Saúde – DTS. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, incisos I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar 101, de 04 de 05 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 7º, § 2º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

B. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.4. O HFA, por se tratar de hospital terciário e último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e adjacências, recebe pacientes acometidos das mais variadas enfermidades. Essa análise avulta-se como imprescindível por ser um procedimento que é necessário em paciente acometido de Aneurisma de Aorta Abdominal com risco alto para ruptura, pois o mesmo se encontra em tratamento ambulatorial neste nosocômio e necessita realizar o procedimento em caráter de urgência, não possuímos o referido material em estoque ou licitação vigente/empenho

C. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

3.5. A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pelos chefes de clínicas e Departamentos. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA.

3.6. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 7º, § 2º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

D. CRITÉRIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E CULTURAIS ADOTADOS:

3.8. Os critérios de sustentabilidade exigidos neste Termo de Referência estão de acordo com no Art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei nº. 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000;

3.8.1. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

3.8.2. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.8.3. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

3.8.4. As proponentes deverão observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto à observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013, no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

3.8.5. A empresa contratada deverá apresentar Termo de Compromisso para receber aqueles materiais vencidos ou não utilizados, de acordo com o instrumento de logística reversa definido na Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e Decreto nº 7.404/ 10, se for o caso.

3.8.6. Os licitantes devem oferecer produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

3.8.7. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

3.8.8. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso);

3.8.9. Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

F. TIPAGEM DO SERVIÇO (COMUM OU NÃO) E SUA NATUREZA (SE CONTINUADO OU NÃO):

3.9. Não se aplica.

G. REFERÊNCIAS A ESTUDOS PRELIMINARES:

3.10. Conforme Estudos Preliminares: SEI 3584110

H. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA:

3.11. A demanda prevista segue com base em uma estimativa do consumo para o paciente acometido de Aneurisma de aorta infrarrenal conforme relatório médico anexo (SEI 3582524), pois o mesmo se encontra em tratamento ambulatorial neste nosocômio e necessita realizar o procedimento em caráter de urgência.

I. OPÇÃO POR CONTRATAÇÃO EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO:

3.12. Não se aplica.

4. REQUISITOS DOS SERVIÇOS E/OU MATERIAIS

4.1. Requisitos legais:

4.1.1. Não se aplica.

4.2. Requisitos de Material (insumos) e Equipamentos:

4.2.1. Não se aplica.

4.3. Requisito de Comunicação:

4.3.1. Não se aplica.

4.4. Requisito de Treinamento:

4.4.1. Não se aplica.

5. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Não se aplica.

6. ESTIMATIVA DE CUSTO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O custo total deste PB está estimado em: **R\$ 36.699,00 (Trinta e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais)**, conforme tabela abaixo, tomada como referência de proposta comercial:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	VALOR MÁXIMO	QTDE TOTAL	VALOR TOTAL
1	Endoprótese vascular, tipo: aorta abdominal, modelo: autoexpansível, formato: bifurcada, material estrutura: nitinol, revestimento: revestido em poliéster, sistema de liberação: sistema liberação controlada 18 a 20fr, comprimento: 80 a 170 mm, componentes: fixação por força radial, características adicionais: stent proximal recoberto ou não, esterilidade: estéril, diâmetro proximal: 22 a 36 mm, diâmetro distal: 12 a 18 mm	425608	UND	R\$14.000,00	1	R\$ 14.000,00
2	Endoprótese vascular, tipo função: stent, tipo: extensão ilíaca, aplicação: fixação infrarenal, modelo: autoexpansível, material estrutura: malha de nitinol, materia prima enxerto: c, ptfé expandido, comprimento: cerca de 50 a 100 mm,	426482	UND	R\$10.200,00	2	R\$ 20.400,00

	esterilidade: estéril, uso único, diâmetro proximal: diâm. proximal cerca de 10 a 30 mm, diâmetro distal: diâm. ilíacas 10 a 20 mm					
3	Fio guia, aplicação: vascular, material: aço inoxidável, revestimento: politetrafluoretileno - ptfe, diâmetro: 0,035", comprimento: cerca de 260 cm, tipo ponta: ponta reta, características adicionais: radiopaco, esterilidade: estéril	452066	UND	R\$ R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
4	Cateter balão, material: poliuretano, aplicação: expansor de endoprótese, tipo uso: uso único, esterilidade: estéril, comprimento: 100 cm, características adicionais: compatível com fio guia de 0,035", calibre: 12 a 16 french, diâmetro balão: 10 a 55 mm	421415	UND	R\$ 499,00	1	R\$ 499,00
5	Cateter p, hemodinâmica, material: polímero, tipo curva: pigtail - centimetrada, dimensões: cerca de 5 fr x 125 cm, esterilidade: estéril, uso único	457414	UND	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 36.699,00

7. FORMAS DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada

providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO

8.1. Prazos

8.1.1. Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

Quando a validade for inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);

Quando a validade for superior a 12 (doze) meses validade mínima de 50% (cinquenta por cento).

8.1.2 Entrega:

Devido a urgência da utilização dos materiais, o prazo máximo de entrega **TOTAL** dos produtos será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido, acompanhado de cópia do empenho, ambos enviados por e-mail. A entrega deverá ser feita no seguinte endereço: Estrada Parque Contorno do Bosque, s/nº, Sudoeste, Brasília/DF, Seção de Almojarifado, Sala de Entrada, telefone: (61) 3966-2385 ou 3966-2104, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 16:30h, de segunda a quinta-feira e de 7:00 às 15:00h, na sexta-feira.

8.1.3. Recebimento:

8.1.3.1. Será feito na Seção de Almojarifado, Sala de Entrada do Hospital das Forças Armadas - Brasília DF. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista neste Projeto Básico, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

8.1.3.2. O objeto deste Projeto Básico deve atender às especificações constantes do item 1.1 (Especificações) acima, com a observância das seguintes prescrições:

8.1.3.3. Estar livre de qualquer ônus judicial ou extrajudicial;

8.1.3.4 Estar em perfeitas condições de uso;

8.1.3.5 Apresentar boa qualidade, embalagem deverá apresentar bom estado e estar pronto para ser utilizado, a partir da data da entrega do objeto no Almojarifado e do aceite do servidor responsável pelo acompanhamento da execução do objeto;

8.1.3.6. Será rejeitado quando não atender às condições estabelecidas no Edital, seus Anexos e na proposta comercial apresentada pelo licitante vencedor. Havendo vícios ou incompatibilidades no fornecimento, o licitante vencedor deverá corrigi-los no prazo determinado pelo Almojarifado do HFA, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; e

8.1.3.7. Somente admitir-se-á a prorrogação do prazo para o fornecimento quando verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação expressa e formal do licitante vencedor antes de vencido o prazo original.

8.1.3.8 Os materiais deverão ser entregues em sua embalagem original contendo as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência, acompanhados de catálogos, dos manuais, de publicações com informações adicionais e certificados de autenticidade e de garantia, etc.

8.1.4. Recebimento provisório

8.1.4.1. Não se aplica.

8.1.5. Recebimento definitivo

8.1.5.1. Não se aplica.

8.1.6. Treinamento:

8.1.6.1. Não se aplica.

8.2. Forma de execução

8.2.1. Devido a urgência da utilização dos materiais, os produtos poderão ser entregues em única parcela.

9. GARANTIA

9.1. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor.

9.2. A garantia será somente a do fabricante.

9.3. Durante o período da garantia, os bens que apresentarem defeito devem ser reparados e/ou trocados em até 30 (trinta) dias, sem qualquer ônus para o HFA.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta aquisição.

10. PRODUTIVIDADE DE REFERÊNCIA

10.1 Não se aplica.

11. NECESSIDADE DE VISTORIA

11.1 Não se aplica.

12. ORDEM DE SERVIÇO

12.1 Não se aplica.

13. NÍVEL DE SERVIÇO (SOMENTE PARA SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA)

13.1. Não se aplica.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 A cargo do setor responsável.

15. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;

15.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.1.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

16. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

16.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

16.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1 A gestão dos materiais fica a cargo da chefia do setor.

18. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

18.1 Não se aplica.

Brasília - DF, 06 de julho de 2021.

GABRIEL BROM ANDRADE - 1º Ten OMT
Adjunto da Seção de Cirurgia Vascular

De acordo:

MANOEL NASCIMENTO AQUINO - Cel Med
Chefe da Divisão de Medicina

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

ELVIO DE DEUS GULART - Cel (EB)
Ordenador de Despesa do Hospital das Forças Armadas



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Brom Andrade, Subchefe, substituto(a)**, em 06/07/2021, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Rodrigues de Lima, Assistente**, em 08/07/2021, às 07:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Elvio de Deus Gulart, Ordenador(a) de Despesas**, em 15/07/2021, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3769328** e o código CRC **38D54488**.
